



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DESPORTIVA DO FUTEBOL DO  
ESTADO DO RIO DE JANEIRO

---

Rio de Janeiro, 24 de agosto de 2017.

**Comunicação: 311/2017**

1ª Comissão Disciplinar

Ref. Processo nº 352/2017

Partida Sampaio Corrêa F.E x São Gonçalo EC

Competição: Profissional Série B1

**QUESTÃO DE ORDEM.  
NULIDADE ABSOLUTA.**

Trata-se de petição encaminhado pela Douta Procuradoria de Justiça Desportiva, que ora recebo como "Questão de Ordem", na qual alega, em síntese, a nulidade do julgamento acima epigrafado, realizado em 07/08/17 – (Comunicação nº 280/17 TJD/RJ, Processo 01 da Pauta de Julgamento) que culminou na absolvição no atleta Joseph Maurício, do São Gonçalo EC.

---

**Tribunal de Justiça Desportiva do Estado do Rio de Janeiro - TJD/RJ**

Rua do Acre, 47/2º andar - Centro - Rio de Janeiro - RJ  
CEP: 20.180 - 000 - Tel: (21) 2253 0808 / (21) 2253 1577



## TRIBUNAL DE JUSTIÇA DESPORTIVA DO FUTEBOL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

---

Isso porque, a defesa do atleta do São Gonçalo foi realizada pelo “estagiário” Lucas Barroso da Silva, CPF nº 162.528.507-80, cuja qualificação foi consignada em ata como Membro Colaborador da Comissão de Direito Desportivo da OAB São Gonçalo (anexo).

Consoante se verifica da ata de julgamento, no mérito, ao acompanhar a Relatora, fiquei vencido ao aplicar 01 (um) jogo de suspensão, em penalidade convertida em advertência, por entender estarem presentes os requisitos para a concessão do benefício.

Assim, passo a descrição pormenorizada dos fatos.

Na sessão de julgamento, feito o pregão, antes do relatório, o senhor Lucas Barroso **se apresentou como estagiário**, para fins de defesa oral em tribuna, o que, em tese, encontraria amparo no § 1º do art. 29 do CBJD:

*“§ 1º **O estagiário de advocacia regularmente inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil poderá sustentar oralmente**, desde que instruído por advogado regularmente inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil”(grifei).*

Pois bem, houve certa estranheza em um primeiro momento, quando o mencionado “estagiário” apresentou outro documento que não a carteira oficial da OAB-RJ.



## TRIBUNAL DE JUSTIÇA DESPORTIVA DO FUTEBOL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

---

Não obstante, por não se querer fazer tábula rasa do documento emitido (ao menos em tese) **pelo I. Presidente da 8ª Subseção - São Gonçalo**, e, em atendimento ao princípio constitucional da ampla defesa, foi franqueado o uso da palavra ao “estagiário”, seguindo-se o julgamento normalmente.

Todavia, no meio da sustentação oral – **muito boa, diga-se de passagem** – fui alertado pela I. Secretária em sessão que, no mencionado documento da OAB São Gonçalo não constava o número do registro do “estagiário”.

Os votos foram colhidos, tendo sido proclamado o resultado. Assim, fez-se valer os votos mais benéficos ao atleta em razão do empate, eis que 02 (dois) Auditores votaram pela absolvição.

Todavia, como o São Gonçalo tinha outro processo para ser julgado nesse mesmo dia (nº 353/17, 3ª da pauta), o “estagiário” permaneceu na sala de sessões.

Nesse interregno de tempo, pesquisando junto ao sítio eletrônico da OAB Nacional, constatei que o senhor Lucas Barroso, de fato, **não é inscrito na OAB**. Indagado, o “estagiário” **confirmou não ser inscrito** na OAB. Daí porque, seu pedido de sustentação oral foi indeferido nesse outro processo da pauta, de nº 353/17.



## TRIBUNAL DE JUSTIÇA DESPORTIVA DO FUTEBOL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

---

Dito isso, a questão de ordem suscitada pela Procuradoria merece **acolhida**, senão vejamos.

Como se sabe, a atuação dos estagiários perante os Tribunais de Justiça Desportiva é regida pelo § 1º e pelo § 2º do art. 29 do CBJD, que expressamente dispõem que aqueles podem fazer sustentação oral, mas desde que assistidos por profissional da advocacia.

Contudo, **não foi isso que ocorreu nos autos**, já que a Comissão foi induzida a erro, ao franquear a palavra ao “estagiário” que não é inscrito na Ordem dos Advogados, o que macula o julgamento de nulidade absoluta na forma do art. 4º do Estatuto da OAB que assim dispõe:

**“Art. 4º São nulos os atos privativos de advogado praticados por pessoa não inscrita na OAB, sem prejuízo das sanções civis, penais e administrativas”.**(grifei).

Com efeito, o Direito Desportivo tem princípios muito próprios, dentre eles, o da ampla defesa, da economia processual e da celeridade. Daí porque, muitas vezes é permitido aos defensores que façam uso da tribuna para sustentação oral com posterior juntada de instrumento de procuração.

Todavia, o princípio da legalidade também encontra amparo na legislação desportiva, consoante se depreende do art. 2, inciso VII do CBJD.



## TRIBUNAL DE JUSTIÇA DESPORTIVA DO FUTEBOL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

---

Como se vê, estamos de **caso muito peculiar** já que a 1ª Comissão foi induzida a erro, ao franquear a palavra ao “estagiário”.

O CBJD em seu art. 112, inciso II, primeira parte, peremptoriamente diz que processos findos estão sujeitos a revisão quando a decisão tiver sido proferida contra literal disposição de lei.

Logo, dada **peculiaridade do caso**, não há óbice ao conhecimento do pedido formulado pela Procuradoria datado de 17/08/17, eis que não sujeito ao prazo recursal.

Ademais disso, ante os princípios da simetria substancial e da paridade de armas, não faria sentido que, em caso de nulidades absolutas, só as decisões condenatórias descritas no art. 113 do CBJD é que viessem a ser objeto de revisão.

Dito de forma simples: se decisão condenatória proferida contra a lei pode ser revista, decisão absolutória também pode.

Além disso, partindo do princípio de que não há nulidade sem prejuízo, no caso dos autos, é evidente que a **Procuradoria restou prejudicada** já que prevaleceram os votos dos 2 (dois) Eminentes Auditores que, induzidos a erro tal qual o ora subscritor, absolveram o atleta “patrocinado” pelo “estagiário”.

Evidente, portanto, a **nulidade do julgamento**, cujos efeitos são *ex-tunc*



## TRIBUNAL DE JUSTIÇA DESPORTIVA DO FUTEBOL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

---

consoante os ensinamentos de Paulo Schmitt (Curso de Direito Desportivo Sistemico, Quartier Latin, 2007, pág. 428).

Dessa forma, de acordo com o CBJD em seus artigos 9º, inciso I, e 10-C, zelando pelo correto funcionamento da E. 1ª Comissão Disciplinar, **diante da peculiaridade do caso**, na forma do parágrafo único do art. 53 do mesmo diploma legal, fica declarada a **NULIDADE** do julgamento de Joseph Maurício, atleta do São Gonçalo FC, nos autos do processo nº 352/17.

Dessa feita, o atleta do São Gonçalo deverá julgado **NOVAMENTE** por essa Egrégia Comissão, cuja relatoria caberá a Relatora original, devendo ser redistribuído em sua eventual ausência na próxima sessão de julgamentos da 1ª Comissão a ser designada.

A nulidade ora pronunciada, **não atinge** a pena aplicada ao Sampaio Correa FE, mantendo-se incólume a decisão colegiada que aplicou multa pecuniária aquela agremiação.

A expedição de ofício a OAB pleiteada pela Douta Procuradoria resta indeferida nesse momento, ao se não enxergar ato doloso de má fé.

Rio de Janeiro, 24 de agosto de 2017.

**MARCIO ALVIM TRINDADE BRAGA**

PRESIDENTE DA 1ª COMISSÃO DISCIPLINAR DO TJD-RJ DO FUTEBOL

---

Tribunal de Justiça Desportiva do Estado do Rio de Janeiro - TJD/RJ

Rua do Acre, 47/2º andar - Centro - Rio de Janeiro - RJ

CEP: 20.180 - 000 - Tel: (21) 2253 0808 / (21) 2253 1577